

**Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar
Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá/PA**

CNPJ nº 24.232.886/0073-31

Demonstrações Financeiras

Balanco patrimonial				Demonstração do resultado							
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais				Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais							
Ativo	Nota	2.020	2.019	Receitas Operacionais	Nota	2.020	2.019				
Circulante				Receitas de subvenções - custeio	18	66.365.115	58.780.008				
Caixa e equivalentes de caixa	5	23.852	3.807.557	Receitas de subvenções - investimento	9b	859.783	810.474				
Contas de receber	6	2.261.346	4.392.253	Receitas financeiras		74.573	39.586				
Estoques	7	2.414.661	1.881.136	Outras receitas		433.678	699				
Outros ativos circulantes		428.324	466.171	Receita com trabalho voluntário		578	3.245				
		5.128.183	10.547.117	Total das Receitas		67.733.727	59.634.012				
Não Circulante				Despesas Operacionais							
Realizável a longo prazo				Despesa com pessoal	19	(24.563.015)	(21.489.036)				
Partes relacionadas a receber	14	10.510.160	4.796	Serviços de terceiros	20	(19.811.774)	(19.536.035)				
Depósitos judiciais	8	954.123	833.928	Custo corporativo compartilhado	21	(3.269.301)	(2.938.730)				
		11.464.283	838.724	Drogas, medicamentos e materiais	22	(10.595.067)	(9.228.928)				
Imobilizado	9	8.209.437	7.674.771			(58.239.157)	(53.192.729)				
Intangível	9	-	120	Despesas gerais e administrativas	23	(3.717.590)	(4.986.565)				
		8.209.437	7.674.891	Amortização e depreciação	9b	(859.783)	(810.474)				
		19.673.720	8.513.615	Despesas financeiras	24	(241.220)	(501.426)				
Total do Ativo		24.801.903	19.060.732	Despesas com provisão para crédito de liquidação duvidosa	6c	1.014.220	(4.741.042)				
Passivo e patrimônio líquido negativo				Reversão de provisão para descontinuidade	16	-	602.134				
Circulante				Reversão (constituição) de provisão para contingência	17	1.071.899	179.839				
Fornecedores	10	1.191.099	1.901.337	Despesa com trabalho voluntário		(578)	(3.245)				
Honorários médicos	11	-	1.491.851			(2.733.052)	(10.260.779)				
Obrigações sociais e trabalhistas	12	4.161.231	3.526.072	Total das Despesas		(60.972.209)	(63.453.508)				
Obrigações fiscais	13	4.878.965	4.500.114	Superávit (Déficit) dos Exercícios		6.761.518	(3.819.496)				
Partes relacionadas a pagar	14	4.061.237	4.877.582								
Receitas diferidas	15	13.093.036	11.067.236								
Outros passivos		38.439	38.438								
		27.424.007	27.402.630								
Não Circulante											
Obrigações fiscais	13	919.785	1.103.449								
Provisão para descontinuidade	16	2.953.875	2.740.035								
Provisão para contingência	17	171.060	1.242.960								
		4.044.720	5.086.444								
Patrimônio Líquido Negativo											
Patrimônio social negativo		(13.428.342)	(9.608.846)								
Superávit (déficit) dos exercícios		6.761.518	(3.819.496)								
		(6.666.824)	(13.428.342)								
Total do Passivo		24.801.903	19.060.732								
Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo				Demonstração do resultado abrangente							
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais				Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais							
		(Déficit) su- perávit dos exercícios	Total			2.020	2.019				
Em 1º de Janeiro de 2.019	Patrimônio social negativo	2.031.379	(9.608.846)	Superávit (Déficit) dos Exercícios		6.761.518	(3.819.496)				
Transferência	2.031.379	(2.031.379)	-	Outros resultados abrangentes		-	-				
Déficit dos exercícios	-	(3.819.496)	(3.819.496)	Resultado Abrangente dos Exercícios		6.761.518	(3.819.496)				
Em 31 de Dezembro de 2.019	(9.608.846)	(3.819.496)	(13.428.342)								
Transferência	(3.819.496)	3.819.496	-								
Superávit dos exercícios	-	6.761.518	6.761.518								
Em 31 de Dezembro de 2.020	(13.428.342)	6.761.518	(6.666.824)								
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras				Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto							
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2.020 e de 2.019				Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais							
Cifras apresentadas em reais.						2.020	2.019				
1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levantar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. III - Promover, coordenar e organizar congressos, simpósios e jornadas específicas na área da saúde. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. b) Contrato de Gestão: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar em 03 de julho de 2.006, celebrou com o Governo do Estado do Pará, contrato de Gestão para o Gerenciamento e Execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no Hospital Regional do Sudeste do Pará. Em Setembro de 2.012, pactuou novo contrato, vigente por 05 (cinco) anos e reajustável a cada doze meses. Em 17 de setembro de 2.017 a Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, pactuou com o Governo do Estado do Pará, novo contrato de gestão nº 001/2.017 dando continuidade no gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no Hospital Regional do Sudeste do Pará por mais 60 meses. O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria Especial de Estado de Proteção Social e da Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública, instituiu o Grupo Técnico de Controle e Avaliação da Gestão dos Hospitais Metropolitanos e Regionais, que procederá ao acompanhamento da execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos pela Organização Social com a aplicação dos recursos sob sua gestão, elaborando relatório circunstanciado, cuja cópia deverá ser, inclusive, encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado do Pará. A verificação é relativa ao cumprimento das diretrizes e metas definidas no						Fluxo de caixa das atividades operacionais	2.020	2.019			
						Superávit (déficit) dos exercícios	6.761.518	(3.819.496)			
						Ajustado por:					
						Depreciação e amortização	859.783	810.474			
						Realização de subvenções do ativo imobilizado	(859.783)	(810.474)			
						(Reversão) constituição de provisão para contingência	(1.071.899)	(179.839)			
						Superávit (déficit) dos exercícios ajustado	5.078.619	(3.999.335)			
						Variáveis nos ativos e passivos					
						Contas de receber	2.130.907	6.490.322			
						Estoques	(533.525)	(56.198)			
						Outros ativos circulantes	37.847	(199.749)			
						Depósitos judiciais	(120.195)	876.677			
						Fornecedores	(710.238)	(483.230)			
						Honorários Médicos	(1.491.851)	(900.178)			
						Obrigações sociais e trabalhistas	635.159	82.995			
						Obrigações fiscais	195.187	288.096			
						Provisão para descontinuidade	213.840	(198.805)			
						Outros passivos	-	(1)			
						Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	8.072.550	1.900.594			
						Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
						Aquisições de imobilizado e intangível	(534.546)	(1.075.153)			
						Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(534.546)	(1.075.153)			
						Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
						Empréstimos pagos - partes relacionadas	(11.321.709)	(1.559.877)			
						Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(11.321.709)	(1.559.877)			
						Redução do caixa e equivalentes de caixa	(3.783.705)	(734.436)			
						Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa					
						No início do exercício	3.807.557	4.541.993			
						No fim do exercício	23.852	3.807.557			
						Redução do caixa e equivalentes de caixa	(3.783.705)	(734.436)			
						contrato e restringir-se-á aos resultados obtidos em sua execução, através dos indicadores de desempenho estabelecidos, em confronto com as metas pactuadas e com a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades. As etapas do processo de avaliação do Contrato de Gestão estão divididas da seguinte forma: I - Prestação de serviços hospitalares (mapa de produção); II - Indicadores de qualidade; e III - Prestação de contas. O Hospital atende o objeto contratual com a implantação e operacionalização dos serviços assistenciais e de apoio necessários para uma gestão profissional. Pela análise de metas, verifica-se que todos os serviços pactuados, foram disponibilizados para a Central de Regulamentação e aos municípios de sua região de abrangência. c) Ações estratégicas para manutenção das atividades operacionais: A Administração da Pró-Saúde, vem implementando esforços para equilibrar as receitas e despesas do contrato de gestão firmado com o Governo do Estado do Pará. Em função dos déficits apurados ao longo do contrato de gestão, a unidade passou a apresentar capital circulante líquido negativo de R\$ 22.295.824 e patrimônio líquido negativo de R\$ 6.666.824. A Administração continuará com as ações estratégicas para manutenção das atividades operacionais que são: reduzir ainda mais os custos hospitalares sem prejudicar os atendimentos e pleitear junto ao Governo do Estado do Pará o reequilíbrio financeiro do contrato de gestão. 2. Base de Preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 19 de março de 2.021. 2.1. Base de Mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados					

continuação pelo valor justo por meio do resultado. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.3. Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas: ● Nota 6 - Provisão para crédito de liquidação duvidosa; ● Nota 9 - Depreciação e amortização do imobilizado e intangível; ● Nota 16 - Provisão para descontinuidade; e ● Nota 17 - Provisão para contingência. **3. "Operação S.O.S." E Seus Reflexos:** Em agosto de 2018, a associação tomou conhecimento de que alguns de seus executivos teriam, por iniciativa própria, colaborado espontânea e efetivamente com uma investigação conduzida pelo Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. A associação esclarece que a ação judicial é sigilosa e, enquanto pessoa jurídica, não tem acesso ao seu teor, porque, como evidenciado pela própria divulgação oficial do Ministério Público Federal, tratou-se de uma decisão unilateral dos colaboradores pessoas físicas. Não foram identificados reflexos contábeis no Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá/PA pela qual a Sede Administrativa da Pró-Saúde e suas filiais do Estado do Rio de Janeiro estão sendo objeto de investigação do Ministério Público Federal. Buscando honrar os 53 anos de existência e a relevância social de seus serviços, notadamente na saúde pública, um conjunto de ações concretas, que visam a estabelecer padrões elevados de integridade na rotina institucional vêm sendo adotados desde 2017, a fim de garantir as atividades desenvolvidas pela associação através de um caminho de ética e transparência. Dentre outras ações podemos destacar a implantação do Programa de Integridade Anticorrupção; desenvolveu o programa de governança corporativa; instituiu normas de transparência e reorganização de todos os seus processos internos; treinamentos das novas regras institucionais à totalidade dos seus colaboradores; reestruturou sua diretoria; criou o departamento de controladoria; lançou o Código de Ética e de Conduta institucional com determinações claras que devem ser rigorosamente seguidas por todos os públicos: alta direção, colaboradores, usuários dos serviços, fornecedores, contratantes e parceiros comerciais; lançou as bases para a implantação da Superintendência Executiva de Integridade, estrutura com autoridade e independência, encarregada de assegurar e fiscalizar o cumprimento do Programa de Integridade Anticorrupção; estruturou a Superintendência Executiva de Integridade, com a contratação de colaboradores dedicados e estrutura própria; lançou o Canal de Denúncia e Canal de Consulta Ética; realizou treinamentos para colaboradores de diversas carreiras e níveis; e instituiu a publicação semanal Pilulas de Integridade. Este movimento de ações se tornou uma rotina constante na entidade, levando e elevando o nível de disseminação da cultura e de aprendizado contínuo na aplicação dos mais modernos e seguros preceitos de governança e integridade. **4. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Ativos circulantes e não circulantes:** ● Caixa e equivalentes de caixa: Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com insignificante risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. ● Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. ● Estoques: Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. ● Imobilizado: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. ● Intangível: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a amortização correspondente, que é calculada levando em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. **b) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **c) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **d) Receita diferida:** As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamentais). **Receita diferida - investimento:** Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferi-

9. Imobilizado e Intangível

a) Composição

Itens	2.020		2.019	
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Aparelhos médicos e cirúrgicos	4.511.700	(2.137.551)	2.374.149	2.818.279
Benfeitorias	1.421.055	(462.460)	958.595	1.015.437
Equipamento processamento de dados	688.795	(526.663)	162.132	227.713
Equipamento telefônico	64.144	(59.543)	4.601	11.179
Instalações	516.518	(347.898)	168.620	61.476
Instrumentais de médicos e hosp.	494.229	(313.048)	181.181	220.316
Máquinas e equiptos de escritório	395.784	(341.453)	54.331	68.242
Máquinas e equiptos hospitalares	2.598.301	(1.916.367)	681.934	596.408
Móveis e utensílios de escritório	737.264	(301.023)	436.241	405.281
Adiantamento a fornecedores	5.500	-	5.500	-
Imobilizações em andamento	14.503.922	-	14.503.922	14.431.992
(-) Subvenções a realizar	(11.321.769)	-	(11.321.769)	(12.181.552)
Total imobilizado	14.615.443	(6.406.006)	8.209.437	7.674.771
Direitos de uso de software	243.334	(243.334)	-	120
Total intangível	243.334	(243.334)	-	120

*As imobilizações em andamento referem-se à ampliação do Hospital, através de subvenções específicas, com a conclusão das obras previstas para o exercício de 2.021.

dos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. **e) Patrimônio social:** Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido a sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **f) Receitas e despesas:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. **Receitas de subvenções custeio:** As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. **Custos e despesas:** Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. **g) Instrumentos financeiros:** ● **Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e empréstimos com partes relacionadas. ● **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos e empréstimos com partes relacionadas.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	2.020	2.019
Fundo fixo	23.531	3.012
Banco conta movimento (a)	321	3.804.545
	23.852	3.807.557

(a) Correspondem aos saldos disponíveis em conta corrente depositadas no Banco Banpará.

6. Contas a Receber

Descrição	2.020	2.019
Secretaria Executiva de Saúde Pública - Custeio (a)	5.256.439	8.401.566
Secretaria Executiva de Saúde Pública - Investimento (b)	731.729	731.729
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (c)	(3.726.822)	(4.741.042)
	2.261.346	4.392.253

(a) **Secretaria Executiva de Saúde Pública:** As contas a receber com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará correspondem aos valores acumulados ao longo do contrato de gestão, não recebidos pela unidade Hospitalar. (b) **Contas a receber - Investimento:** Correspondem ao saldo a receber relativo ao 1º termo aditivo do contrato de gestão 001/2.017, pactuado junto à Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará em 1º de outubro de 2.017, para execução de obras de ampliação e aquisição de equipamentos hospitalares. (c) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face aos valores a receber, vencidos acima de 360 dias, no montante de R\$ 3.726.822, com expectativa remota de recebimento junto à Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.020	2.019
Saldo em 1º de Janeiro	(4.741.042)	-
Complemento (reversão) de provisão	1.014.220	(4.741.042)
Saldo em 31 de dezembro	(3.726.822)	(4.741.042)

7. Estoques

Descrição	2.020	2.019
Fios cirúrgicos	22.234	17.524
Dieta parenteral e enteral	89.560	82.508
Materiais de hemodiálise e diálise peritoneal	147.949	152.764
Materiais de laboratórios	106.668	95.004
Materiais hospitalares de consumo	717.090	443.402
Gases medicinais	35.572	38.879
Materiais de radiologia	29.637	36.753
Materiais hospitalares de reposição	157.036	105.094
Medicamentos	741.558	496.815
Materiais de lavanderia, higiene e limpeza	67.951	147.138
Materiais de expediente e impressos	45.347	57.771
Outros	254.059	207.484
	2.414.661	1.881.136

8. Depósitos Judiciais

Descrição	2.020	2.019
Cobrança judicial	481.207	464.090
Ações cível diversas	472.916	369.838
	954.123	833.928

Os depósitos judiciais estão representados por ações de cobrança judicial e processos cíveis, ainda em trâmites na justiça, e para os quais ainda cabem recursos da Pró-Saúde.

b) Movimentação					
Itens	Saldo em 31/12/19	Adições	Baixas	Depreciação e realização	Saldo em 31/12/20
Imobilizado					
Aparelhos médicos e cirúrgicos	4.511.700	-	-	-	4.511.700
Benfeitorias	1.421.055	-	-	-	1.421.055
Equipamento de proc. de dados	695.312	-	(6.517)	-	688.795
Equipamento telefônico	64.144	-	-	-	64.144
Instalações	390.613	125.905	-	-	516.518
Instrumentais de médicos e hosp.	494.229	-	-	-	494.229
Máquinas e eqiuptos de escritório	395.784	-	-	-	395.784
Máquinas e eqiuptos hospitalares	2.345.239	253.062	-	-	2.598.301
Móveis e utensílios de escritório	652.598	84.666	-	-	737.264
Adiantamento a fornecedores	-	5.500	-	-	5.500
Imobilizações em andamento	14.431.992	71.930	-	-	14.503.922
(-) Subvenções a realizar *	(12.181.552)	-	-	859.783	(11.321.769)
(-) Depreciação **	(5.546.343)	-	-	(859.663)	(6.406.006)
	7.674.771	541.063	(6.517)	120	8.209.437
Intangível					
Direitos de uso de software	243.334	-	-	-	243.334
(-) Amortizações **	(243.214)	-	-	(120)	(243.334)
	120	-	-	(120)	-

*As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, sendo apropriada ao resultado do exercício mediante ao valor correspondente a depreciação do bem. No exercício de 2.020 montou a R\$ 859.783 (Em 2.019 - R\$ 810.474). **As despesas com depreciação e amortização, apuradas conforme a vida útil dos bens, no exercício de 2.020 montou a R\$ 859.783 (Em 2.019 - R\$ 810.474). **c) Taxas de depreciação:** As taxas de depreciação e amortização praticadas são:

Descrição	Taxa ao ano
Aparelhos médicos e cirúrgicos	10,0%
Benfeitorias	4,0%
Equipamento de processamento de dados	20,0%
Equipamento telefônico	10,0%
Instalações	10,0%
Instrumento de medicina e cirurgia	10,0%
Máquinas e equipamentos de escritório	10,0%
Máquinas e equipamentos hospitalares	10,0%
Móveis e utensílios de escritório	10,0%
Direito de uso de software	20,0%

10. Fornecedores

Descrição	2.020	2.019
Materiais e medicamentos	468.480	1.074.258
Imobilizado	26.496	26.370
Serviços tomados de pessoa jurídica	696.123	800.709
	1.191.099	1.901.337

11. Honorários Médicos: Em 31 de dezembro de 2019, correspondia aos honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações. Em 31 de dezembro de 2020 as obrigações contraídas ao longo daquele exercício social foram totalmente liquidadas dentro do próprio exercício não restando nenhum saldo a pagar.

12. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	2.020	2.019
Salários e ordenados	1.408.303	1.179.896
Provisão para dissídio coletivo	-	-
FGTS	202.289	180.449
INSS	264.410	115.406
Provisão de férias e encargos	2.253.070	2.027.174
Outras	33.159	23.147
	4.161.231	3.526.072

13. Obrigações Fiscais

Descrição	2.020	2.019
Imposto de renda retido na fonte	1.121.950	1.117.934
Imposto sobre serviços retidos na fonte	86.987	16.611
Pis, Cofins e CSLL retidos na fonte	3.489.910	3.277.693
Parcelamento tributos federais		
PERT - Lei 13.496/17 (a)	180.118	87.876
	4.878.965	4.500.114

Passivo circulante
Parcelamento tributos federais
PERT - Lei 13.496/17 (a) 919.785 1.103.449

Passivo não circulante 919.785 1.103.449

(a) Parcelamento Lei 13.496/17 - tributos federais: Em novembro de 2.017, foi efetuada a adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Lei 13.496/17, para o parcelamento de impostos e contribuições federais. O prazo para recolhimento é de 120 (cento e vinte) meses. Os valores estão atualizados pela taxa Selic e a última parcela está prevista para dezembro de 2.027.

14. Partes Relacionadas

Descrição	2.020	2.019
-----------	-------	-------

Ativo circulante
Empréstimos de materiais e medicamentos (a)
Hospital de Altamira 6.961 4.627
Hospital de Santarém 935 170
Hospital Yutaka Takeda 1.270 -

Empréstimos financeiros (b)
Sede Administrativa 10.500.994 -
10.510.160 4.796

Descrição 2.020 2.019

Passivo circulante
Empréstimos de materiais, medicamentos e financeiros (b)
Hospital de Santarém 2.020.410 2.020.410
Hospital de Metropolitano 820.000 1.075.397
Hospital Galileu 159.000 259.000
Hospital Yutaka Takeda 868 -
Hospital Itakyra 115 -

Serviços corporativos compartilhados (c)
Sede Administrativa 1.060.844 1.522.775
4.061.237 4.877.582

(a) - Empréstimos de materiais e medicamentos: Corresponde a empréstimos de materiais e medicamentos hospitalares efetuados ou tomados de outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar. **(b) - Empréstimos financeiros:** Corresponde a empréstimos financeiros efetuados às unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, para os quais não há prazo para devolução nem a incidência de juros. Essas operações financeiras foram efetuadas com o consentimento da Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará - SESP. **(c) - Serviços Corporativos Compartilhados:** Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa

da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado. **15. Receitas Diferidas:** Corresponde ao saldo a realizar referente: (i) contrato 034/2012 - 2º termo aditivo no valor de R\$ 10.094.648, do 8º e 9º termo aditivo no valor de R\$ 1.290.925 e R\$ 1.416.973, respectivamente, (ii) contrato 001/2.017 - 1º termo aditivo do no valor de R\$ 5.481.259 pactuado no exercício de 2.017 e ao valor de R\$ 4.200.000 referente ao exercício de 2.018, e (iii) aditivo pactuado no exercício de 2020 no valor de R\$ 2.025.800 para tratamento da covid-19. Todos os contratos e aditivos foram celebrados junto à Secretaria de Saúde do Estado do Pará (SESPA), com a finalidade de promover investimentos necessários à execução de obras de ampliação, aquisição de equipamentos hospitalares para a unidade e custeios extraordinários ao contrato de gestão principal. A movimentação no exercício foi à seguinte:

Descrição	2.020	2.019
Saldo inicial	11.067.236	11.067.236
(+) Subvenção para custeio	2.025.800	-
	13.093.036	11.067.236

16. Provisão para Descontinuidade de Contrato: Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades, correspondem à multa rescisória do FGTS, que é estimada sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho por ocasião do encerramento do contrato de gestão. A movimentação da provisão do exercício foi à seguinte:

Descrição	2.020	2.019
Saldo inicial	2.740.035	2.938.840
Adições (Nota 19 - despesa com pessoal)	577.642	608.041
Reversão por redução do percentual do FGTS (a)	-	(602.134)
Baixas por rescisões de contratos	(363.802)	(204.712)
Saldo final	2.953.875	2.740.035

(a) No exercício de 2019, até o mês de novembro de 2019 era aplicado o percentual de 50% sobre o saldo das contas vinculadas de FGTS. Entretanto, com a redução do percentual da multa do FGTS, através do artigo 12 da Lei 13.932/2019, a partir de dezembro de 2019 passou a ser aplicado o percentual de 40%. Os valores provisionados em períodos anteriores foram revertidos ao resultado do exercício em rubrica específica. **17. Provisão para Contingências:** A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Administração da Entidade, com base em informações de seus assessores jurídicos, e análises das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Todas as etapas processuais das ações são acompanhadas pelo Departamento Jurídico da Entidade, sendo que todos os recursos legais são utilizados no sentido de defender os interesses dela até as últimas instâncias do Poder Judiciário. A composição do valor registrado referente às contingências prováveis de perda está demonstrada a seguir:

Descrição	2.020	2.019
Trabalhistas	171.160	1.242.960
	171.160	1.242.960

No exercício de 2.020, a Administração, baseada em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes, autorizou a reversão do saldo da provisão no montante de R\$ 1.071.900 (Em 2019 - R\$ 179.839). **18. Receitas de Subvenções - Custeio:** As receitas com subvenções - custeios referem-se ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para gestão do hospital. Os valores correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e no exercício de 2.020 montou a R\$ 66.365.115 (Em 2019 - R\$ 58.780.008). Desse montante o valor de R\$ 1.034.200 corresponde a aditivos pactuados referente a pandemia Covid-19.

19. Despesas com Pessoal

Descrição	2.020	2.019
Salários e ordenados	(13.529.405)	(11.796.254)
Insalubridade	(1.836.578)	(1.199.966)
Horas extras	(593.314)	(301.343)
Horas extras sobre aviso	(296.481)	-
Décimo terceiro salário	(1.685.385)	(1.314.191)
Férias	(2.360.459)	(1.761.908)
FGTS	(1.666.270)	(1.398.616)
Provisão para descontinuidade - Multa rescisória FGTS	(577.642)	(847.602)
Contribuição patronal ao INSS	(5.800.308)	(4.769.262)
(-) Isenção da contribuição patronal ao INSS	5.800.308	4.769.262
PIS	(208.645)	(169.120)
(-) Isenção do PIS	208.645	169.120
Outras despesas com pessoal	(2.017.481)	(1.373.776)
	(24.563.015)	(19.993.656)

20. Serviços de Terceiros

Descrição	2.020	2.019
Serviços médicos tomados de pessoa jurídica	(17.724.139)	(17.502.008)
Serviços tomados de pessoal jurídica	(2.087.635)	(2.034.027)
	(19.811.774)	(19.536.035)

21. Custo Corporativo Compartilhado: Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações da unidade hospitalar.

22. Drogas Materiais e Medicamentos		
Descrição	2.020	2.019
Dieta enteral e parenteral	(441.147)	(500.886)
Medicamentos	(2.176.550)	(1.827.440)
Ortese e prótese	(608.214)	(768.688)
Materiais de laboratório	(629.130)	(573.092)
Materiais hospitalares de consumo	(3.075.821)	(1.989.319)
Materiais de banco de sangue/ agência transfusional	(35.573)	(33.599)
Gases medicinais	(447.305)	(355.712)
Gêneros alimentícios	(810.708)	(806.703)
Materiais de limpeza e lavanderia	(578.443)	(539.441)
Materiais de manutenção e reposição	(713.337)	(582.551)
Filmes radiológicos	(95.842)	(157.202)
Materiais para hemodiálise	(311.150)	(72.552)
Fios cirúrgicos	(27.369)	(46.173)
Materiais de expedientes e impressos	(231.792)	(247.082)
Uniformes e enxovais	(92.986)	(148.527)
Outros	(319.700)	(579.961)
	(10.595.067)	(9.228.928)

23. Despesas Gerais e Administrativas		
Descrição	2.020	2.019
Energia elétrica, água, gás, telefone e internet	(1.173.447)	(1.561.548)
Manutenções em gerais	(1.621.789)	(1.511.002)
Locações	(160.774)	(218.631)
Segurança patrimonial	(92.011)	(82.132)
Viagens e estadias	(73.947)	(216.095)
Software	(433.733)	(312.640)
Condução - taxis - estacionamento, frentes e carretos	(60.389)	(13.978)
Copa - lanches e refeições	(5.306)	(12.477)
Indenização de responsabilidade civil	-	(888.966)
Outras	(96.194)	(169.096)
	(3.717.590)	(4.986.565)

24. Despesas Financeiras		
Descrição	2.020	2.019
Despesas bancárias	(36.335)	(42.582)
Juros	(180.423)	(444.487)
Multas	(24.462)	(14.357)
	(241.220)	(501.426)

25. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2.020	2.019
Ativos		
Valor justo por meio do resultado	23.852	3.807.557
Caixa e equivalentes de caixa		
Pelo custo amortizado		
Contas a receber de clientes	2.261.346	4.392.253
Partes relacionadas a receber	10.510.160	4.796
Total	12.795.358	8.204.606
Passivos		
Pelo custo amortizado		
Fornecedores	1.191.099	1.901.337
Honorários médicos	-	1.491.851
Partes relacionadas a pagar	4.061.237	4.877.582
Total	5.252.336	8.270.770

Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

26. INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social: Em 26 de setembro de 2.014, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria nº 943 de 25 de setembro de 2.014 que renovou o CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) da Pró-Saúde, relativo ao triênio 2.010 a 2.012. Em 21 de dezembro de 2016 é publicada a portaria nº 2.187, relativo ao processo de Supervisão SIPAR nº 25000.089057/2015-65 que cancelou o certificado. Em 25 de julho de 2017 foi publicada a portaria nº 1.273 que suspendeu os efeitos da Portaria nº 2.187/2016, isto por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação judicial de nº 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019 em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Supervisão (SIPAR nº 25000.089057/2015-65), este ainda aguardando, por conseguinte, julgamento. Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, SIPAR nº 25000.110426/2012-43, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, sendo indeferido pela Portaria nº 771 de 29 de maio de 2018. Em 04/07/2018 foi publicada a Portaria nº 1.006/2018 que suspendeu os efeitos da portaria nº 771/2018, também por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação de nº 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019 em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Renovação (SIPAR nº 25000.110426/2012-43), este ainda aguardando, por conseguinte, julgamento. Em 20/08/2020 foi publicado no Diário Oficial da União a Portaria nº 794, de 25 de agosto de 2020 que Defere, sub iudice, a Renovação

Dom João Bosco Oliver de Faria - Presidente • **Pe Carlos Fritzen** - Superintendente Financeiro • **Valdemir Fernille Girato** - Diretor Hospitalar
Benjamin Ferreira de Sousa Neto - Diretor Administrativo Financeiro do Hospital • **Othilio Garcia Praia Junior**
 Contador do Hospital - CRC: 1PA 020.240/O-3 • **David Martins Ferreira** - Contador Corporativo - CRC: 1SP 195.413/O-2 "S" - PA

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores - Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá - PA. Opinião sem ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá/PA (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2.020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contá-

do CEBAS relativo ao triênio de 2013 à 2015. Relativamente ao triênio de 2.004 a 2006, tem-se que o processo SIPAR 25000.163451/2011-49 foi retomado em função da Ação Popular nº 0139700-62.2013.4.02.5102, havendo o indeferimento, em grau de reconsideração, da Renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social), ato este exteriorizado pela portaria nº 805 de 05 de junho de 2018, publicada no DOU em 19.06.2018. No entanto, por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação judicial de nº 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019, em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, referido indeferimento foi suspenso, pela portaria de nº 1.103, de 19.07.2018, publicada no DOU em 23.07.2018, ao que, pelo momento, a renovação do CEBAS da entidade, ainda aguarda apreciação por parte do Ministério da Saúde. Em 01 de agosto de 2.015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado SIPAR nº 25000.100966/2015-61, o qual se encontra aguardando análise em ordem cronológica. Em 24/07/2018 foi protocolado novo requerimento no Sistema de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, registrado SIPAR nº 25000.127908/2018-28, relativo ao triênio 2019 a 2021. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras os requerimentos não tinham sido julgados. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2020 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal.

(b) Apresentação da cota patronal: A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 19 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício.

27. Renúncia Fiscal: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público do Sudoeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá/PA, é uma entidade sem fins lucrativos, imune ao recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit, assim como em relação à contribuição patronal do INSS. A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, é uma organização social de saúde, que não efetuou nenhuma distribuição de parcela de seu patrimônio ou renda, a qualquer título, aplicando seus recursos integralmente em suas finalidades estatutárias, no país. Por conseguinte, cumpre os requisitos legais para o não pagamento/recolhimento de impostos e contribuições assim discriminado: Esfera Federal - Na esfera federal o benefício constitucional da imunidade e isenções legais asseguram à Pró-Saúde o não pagamento/recolhimento dos seguintes impostos/contribuições: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto de Renda retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações de renda fixa e variável, Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição ao PIS e Contribuição Previdenciária Patronal (INSS) sobre a folha de pagamento em razão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e Hospitalar. Esfera Estadual - O benefício constitucional da imunidade assegura o não pagamento/recolhimento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), através de requerimentos específicos. Esfera Municipal - O benefício constitucional de isenção assegura o não pagamento / recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) à Prefeitura de Marabá, através de requerimentos específicos. Em atendimento a ITG 2.002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, o valor da renúncia fiscal que a entidade obteve no exercício de sua atividade, como se a obrigação devida fosse, está apresentado abaixo:

Descrição	2.020	2.019
Contribuição para o financiamento da seguridade social	(2.032.012)	(1.789.020)
Contribuição patronal ao INSS	(5.800.308)	(5.223.629)
Contribuição ao PIS	(208.645)	(185.057)
Imposto sobre serviços (ISS)	(3.419.546)	(2.939.000)
	(11.460.511)	(10.136.706)

Ressalte-se que os valores das contribuições são informados apenas nas notas explicativas, observado o seguinte: as referidas contribuições não representam custo, despesa ou obrigação da entidade em razão de sua imunidade e isenção tributária, bem como nenhum ganho efetivo, perda ou risco potencial à entidade.

28. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

29. Eventos Subsequentes: O surto do novo coronavírus (Covid-19) foi considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pandemia em 11 de março de 2020 com impactos relevantes na economia nacional e internacional. A pandemia desencadeou importantes ações de governos e entidades privadas, que somados ao impacto na saúde da população e sistemas de saúde mundial. A área da Saúde foi um dos setores que teve a rotina fortemente afetada pela pandemia de Covid-19. Os principais impactos observados na unidade hospitalar no exercício de 2020, foram: • Aumento substancial dos estoques hospitalares, tendo em vista a necessidade de aumentar o estoque de segurança das unidades, • Aumento de custos dos estoques hospitalares, em razão alta procura e baixa oferta de materiais hospitalares; • Devido a Pandemia, dificuldades no cumprimento das metas contratuais quantitativas; • Adequação de novos leitos COVID corroborando para o aumento na contratação de médicos, enfermagem e demais áreas multidisciplinares para atender aos pacientes COVID; A Administração entende que diante do impacto nas operações e resultados financeiros, e em função das medidas já tomadas, não há necessidade de provisionamentos adicionais até o momento.

beis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1c, que demonstra as ações estratégicas da administração para manutenção das atividades operacionais. Em 31 de dezembro de 2020 a Entidade apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 22.295.824 e patrimônio líquido *continua*

negativo de R\$ 6.666.824 A reversão dessa posição negativa depende do sucesso de negociações entre a Entidade e o Governo do Estado do Pará. Os eventos e condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota 1c, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase - Efeitos da "Operação S.O.S.": Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3, que descreve os reflexos da "Operação S.O.S." na Pró-Saúde ocorrida no exercício de 2018, que abrange: (i) A colaboração espontânea realizada por alguns executivos da Pró-Saúde em investigação conduzida pelo Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro, da qual tomou-se conhecimento em agosto de 2.018; (ii) Até a presente data, não foram identificados ajustes contábeis que pudessem afetar o patrimônio líquido do Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá/PA; e (iii) As ações que estão sendo adotadas pela Administração corporativa da Pró-Saúde. Nossa opinião não está modificada em relação a esses assuntos.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou

em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ● Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ● Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. ● Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ● Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. ● Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Marabá, 19 de Março de 2.021.

LM Auditores Associados - CRC 2SP018.611/O-8
Maurício Diácoli - CRC 1SP129.562/O-5 "S" - PA

Protocolo: 641155

ROMANCEIRO DA CABANAGEM
 POESIA - JOSÉ ILDONE

Belém e o Imobiliário
 Uma cidade entre contratos e contradições
 Raul da Silva Ventura Neto

Cidade dos Sonoros e dos Cantores
 Estudos sobre a era do rádio a partir da capital paraense
 Antonio Maurício Costa

O MUNDO DA CRIANÇA
 PARAGUASSU ELERES

Holandeses na Amazônia (1620-1650): documentos inéditos
 Décio de Alencar Guzman & Lodewijk A.H.C. Hulsmann

Edições
4009-7817